



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 6/2019**

Plenário | 2.4.2019

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	>> 3
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Ata	>> 3
Processos de Natureza Disciplinar	>> 3
Inspeções	>> 3
Recursos Hierárquicos (COJ)	>> 4
Temas de Ordem Geral	>> 4



Presenças

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, **Dr.ª Lucília Gago**.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, e Évora, respetivamente, **Drs. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Maria Raquel Ribeiro Desterro de Almeida Ferreira, Maria José Valente de Melo Bandeira e Alcides Manuel Rodrigues**;

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias**;

Procuradores da República, **Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira e Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves**;

Procuradores-Adjuntos, **Drs. Luís Filipe da Palma Martins, Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes, David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (membro permanente) e **André Namora de Melo Teixeira**;

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Manuel Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, João Luís Madeira Lopes, e António José Barradas Leitão** (membro permanente);

Membros designados por Sua Excelência, a Ministra da Justiça: **Dr. Augusto Arala Chaves e Professora Doutora Maria João Antunes**.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, **Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira**.



Conselho Superior do Ministério Público

■ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi pedida a palavra pelo Dr. Pedro Branquinho Dias, o qual informou os restantes membros do CSMP, do teor da audiência dos membros magistrados eleitos, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na Assembleia da República, ocorrida no passado dia 27/3/2019, relativa à discussão do projeto de Estatuto do Ministério Público.

■ ORDEM DO DIA

Ata

1. Aprovação da ata da sessão realizada em 19 de março de 2019.

Processos de Natureza Disciplinar

2. O CSMP deferiu parcialmente, por unanimidade, a reclamação apresentada por Procuradora da República, da deliberação da Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público, de 5 de fevereiro de 2019, reduzindo a pena para 25 dias de multa.

Relator: Dr. Magalhães e Silva

Não participou na votação o Dr. Carlos Teixeira

Inspeções

3. O CSMP indeferiu, por unanimidade, reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 5 de fevereiro de 2019, que atribuiu a classificação de "Medíocre".

Relator: Dr. Arala Chaves



Conselho Superior do Ministério Público

Recursos Hierárquicos (COJ)

4. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir “Reclamação” apresentada por técnico de justiça adjunto, da deliberação do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de fevereiro de 2019, que apreciou recurso hierárquico interposto da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça, de 19 de outubro de 2018, que aplicou a sanção disciplinar de “€ 171,00 de multa”.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Temas de Ordem Geral

5. Quadro de necessidades de magistrados do Ministério Público em consequência de alteração do mapa judiciário (Lei de Organização do Sistema Judiciário e respetivo regulamento) – ponto de situação e medidas a adotar.

Apresentação: Membros Permanentes

O CSMP deliberou, por unanimidade, enviar uma declaração escrita à Ex.^{ma} Senhora Ministra da Justiça, a manifestar preocupação em face da alteração do mapa judiciário prevista para o presente mês abril, devido à manifesta insuficiência de quadros para o preenchimento dos lugares que serão criados.

Deliberação

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão plenária no dia 2 de abril de 2019, confrontado com a premente necessidade de proceder aos ajustamentos decorrentes da alteração do mapa judiciário que muito proximamente entrará em vigor, delibera manifestar junto de Sua Excelência a Ministra da Justiça os enormes constrangimentos que de tal alteração resultarão, em termos de gestão de quadros, os quais decorrem, no essencial, de duas ordens de razões, quais sejam: i) a gritante escassez de meios humanos com que o Ministério Público se vê confrontado; e ii) a circunstância de tal alteração não lhe ter sido, antecipadamente, anunciada, quer na dimensão da concretização do novo desenho da organização judiciária, quer na dimensão da data da sua entrada em vigor.

Não obstante tais constrangimentos, capazes de gerar algumas situações de quase rutura nalgumas secções, o Conselho Superior do Ministério Público não deixará de, como é seu dever, procurar encontrar as melhores soluções de gestão de quadros, do mesmo passo que manifesta junto de Sua Excelência a Ministra da Justiça a clamorosa necessidade de preenchimento do quadro de magistrados do Ministério Público legalmente previsto (sendo certo



Conselho Superior do Ministério Público

que se mostram por preencher cerca de duzentos lugares), sob pena de, assim não sucedendo, se fazerem sentir reflexos gravosos no respetivo desempenho e na defesa dos interesses que, legal e constitucionalmente, lhe cabe assegurar.

*

A sessão teve início às 14:30h e terminou às 17 horas e 34 minutos.